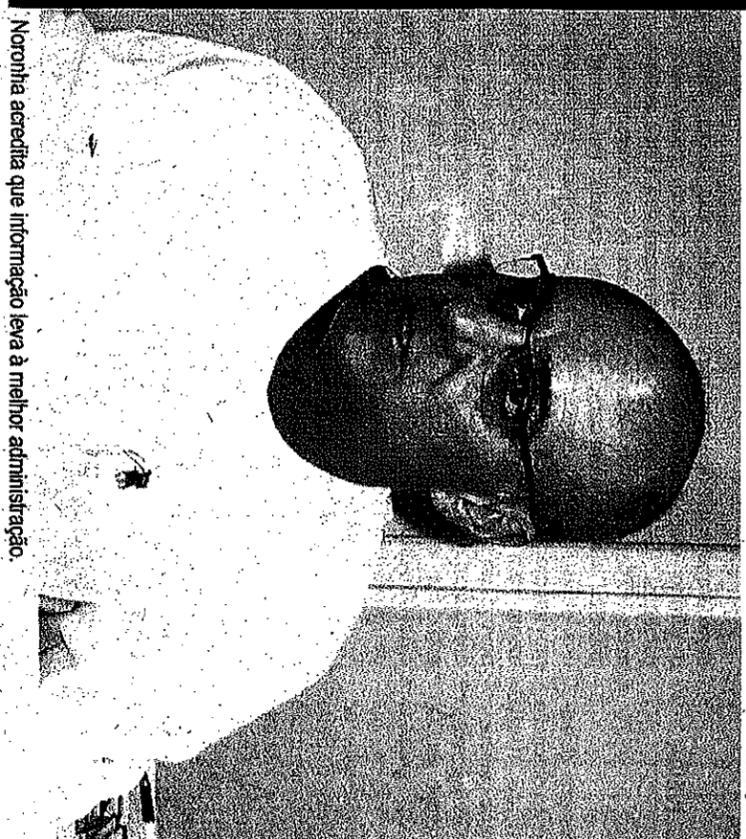


TRANSPARÊNCIA

Seminário acontece hoje

Fraiburgo recebe participantes de muitas regiões catarinenses para debater a transparência na condução da máquina pública



Divulgação/CPM

Noronha acredita que informação leva à melhor administração.

LEI OBRIGA DIVULGAÇÃO

Os órgãos públicos têm o dever de dar publicidade aos atos públicos, mas com uma nova lei e que entra em vigor o próximo dia 16, terão de ser mais transparentes do que antes. A presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei de Acesso à Informação, a partir da qual todo cidadão poderá consultar documentos da administração pública que deverão ser produzidos com linguagem simples e compreensíveis. Qualquer órgão público deverá disponibilizar estas informações.

O evento coincide com a lei, mas explica Noronha, não são interligados. "Por maiores que sejam as semelhanças de prazos de realização, o Seminário Catarinense já é realizado pelo quarto ano, antes mesmo de esta lei começar a ser debatida. Queremos expor a obrigação das instituições em prestar as informações e orientar como as pessoas podem obtê-las. Além de prestar contas, devem estar dispostas de forma clara e compreensíveis aos cidadãos", conta.

Representantes de todas as regiões de Santa Catarina devem participar. O painel da manhã tratará sobre "Observatório Social - a voz do cidadão na comunidade". Durante a tarde, o assunto será "A transparência em suas formas alternativas de

comunicação". Noronha acrescenta que os temas foram escolhidos para aproveitar o momento de difusão da informação e da expansão dos canais formais de comunicação, como rádios e jornais.

Para ele, a internet é uma forma eficiente para disseminar informações, mas que deve ser usada com parcimônia e proporcionando informações claras e objetivas ao cidadão interessado. "Também podemos expor a realização de eventos, seminários, congressos, usar das redes sociais, e-mails, enfim, são muitas as ferramentas existentes. As administrações devem escolher as mais convenientes com o público e proporcionar também este acesso ao conteúdo", acrescenta.

A informação é uma arma muito potente que a população tem para cobrar melhores resultados e atos liberais dos administradores públicos. "E sabemos disso muito bem e orientamos nossos prefeitos a ampliarem a prestação de informações. A Anarp auxilia na divulgação deste importante evento em Fraiburgo. Logo

colocamos à disposição da Secretaria da Fazenda para ajudar no que fosse necessário", conta o secretário executivo da entidade Clóvis Biscaro.

IARAN DE OLIVEIRA

Repórter

Fraiburgo sedia, hoje, o 4º Seminário Catarinense sobre Transparência Pública, promovido pela Secretaria Estadual da Fazenda, através do programa de Educação Fiscal. Prefeitos, vereadores, secretários municipais, servidores públicos, professores, empresários e cidadãos de todo o estado devem participar do evento, realizado no auditório do Hotel Remar. A abertura está marcada para às 09 horas e a entrada é gratuita.

O evento tem o intuito de apresentar estudos, pesquisas e práticas de resultados efetivos de participação social que ocorrem em Santa Catarina. A programação do seminário conta com palestras de servidores da Secretaria Estadual da Fazenda, do Tribunal de Contas, do Observatório Social e da Assembleia Legislativa. O encontro tem o apoio da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Fasciso), da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (Amarp) e da Prefeitura.

A palestra de abertura do evento será ministrada por Fabiana Feijó de Oliveira Baptistucci. Ela é administradora, com especialização em Educação Fiscal e Cidadania, e falará dos observatórios sociais como instrumentos de controle social na gestão dos recursos públicos. Um dos assuntos será a exposição de uma pesquisa efetuada e que analisou se as estratégias utilizadas pelo Observatório Social de Maringá (PR) para viabilizar a transparência e o correto aproveitamento dos recursos públicos são viáveis como estratégias para a Educação Fiscal.

O assessor do Programa de Educação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, Eduardo Noronha, um dos organizadores do evento, visitou municípios da região ontem (09) e aproveitou para falar um pouco sobre o evento com prefeitos, secretários e empresários. "Conheci um pouco da região e conversei com algumas pessoas para convidá-las ao evento."

Será um momento para debatermos as novas ferramentas que podem ser utilizadas para aumentar a transparência", diz.



O QUE É OBSERVATÓRIO SOCIAL

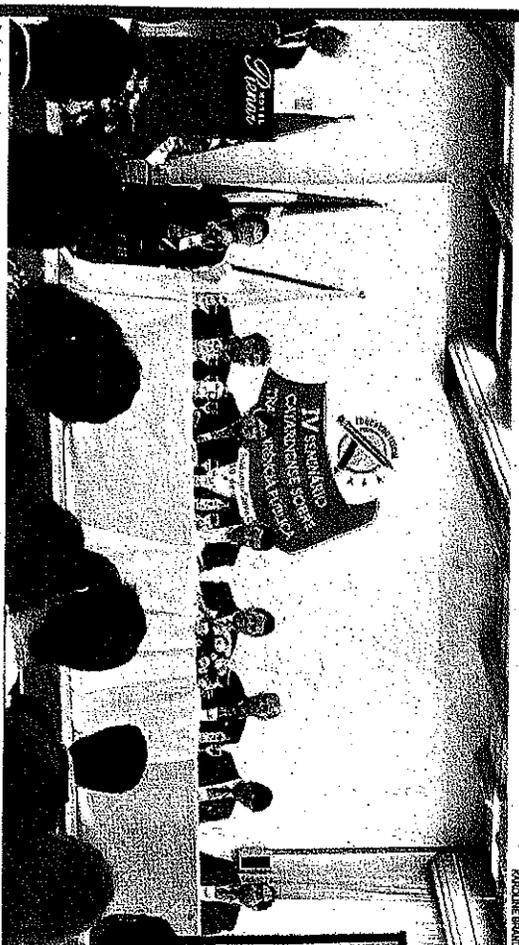
São entidades sem fins-lucrativos e voltadas à geração de informações pesquisas, análises de dados e divulgação de ações sobre o comportamento de órgãos públicos diretos e indiretos com relação à aplicação dos recursos, ao comportamento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e à qualidade dos serviços prestados. São formados por cidadãos comuns, profissionais liberais, entidades sindicais, empresariais, estudantes, entre outras.

Não são centros de difusão político-ideológica, mas incentivam o controle dos gastos públicos, suas corretas aplicações, condutas dos agentes públicos, bem como de controle e fiscalização de obras e serviços. Fraiburgo está a ponto de criar um Observatório Social, a exemplo do que já ocorreu em outros 16 municípios catarinenses. Aumentar a transparência das ações dos entes públicos perante a sociedade e a fiscalização das condutas também fazem parte dos objetivos destas entidades.

MUNICÍPIOS

Um novo modelo de administração pública

Seminário de Transparência Pública debateu o modelo de gestão que deve ser adotado de prestação de contas dos governos municipais



KICILANE BRANDT

Administradores debateram maneiras consideradas eficazes de tomar prestação de contas transparente

JUCIELE BALDISSARELLI
Repórter

Fraiburgo recebeu ontem (10), diversos empresários, estudantes, prefeitos, vereadores, secretários municipais, professores e a sociedade em si, durante o 4º Seminário Catarinense sobre Transparência Pública, sediado no Hotel Remar. O evento foi promovido pela Secretaria de Estado da Fazenda, através do programa de Educação Fiscal. Aconteceu com apoio do município de Fraiburgo, Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (Amarp) e Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc) e Secretaria do Desenvolvimento Regional de Vidéira (SDR).

O objetivo do grupo foi o de demonstrar os resultados efetivos da participação social que já acontece em muitos municípios no Estado de Santa Catarina. A programação foi comandada por palestras dos servidores Secretária de Estado da Fazenda, do Tribunal de Contas, do Observatório Social e da Assembleia Legislativa.

Fabiana Feijó de Oliveira Baptiscuci. Ela falou sobre os observatórios sociais como instrumentos de controle social na gestão dos recursos públicos, tomando como exemplo as estratégias utilizadas pelo Observatório Social de Maringá (PR).

A palestrante destacou que as administrações já têm por obrigação fornecer as informações administrativas para a sociedade. No entanto, entrará em vigor no próximo dia 16, uma lei, na qual essa prestação de contas terá que ser ainda mais transparentes. A presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei de Acesso à Informação, a partir da qual todo cidadão poderá consultar documentos da administração pública que deverão ser produzidos com linguagem simples e compreensíveis. Qualquer órgão público deverá disponibilizar estas informações e o solicitante não precisará justificar o motivo quer ter acesso aos dados.

Outro momento que marcou o Seminário, foi a realização dos dois painéis de discussão sobre o assunto. Em um deles, os responsáveis por diversos Observatórios no Estado

que deixar a sociedade a par de todas as informações das organizações públicas, que podem ser as prefeituras, o Governo do Estado ou Federal, bem como instituições públicas.

“A questão da transparência é uma nova exigência que a sociedade tem cada vez mais apresentado aos governantes. A população não quer mais ser mera espectadora, ela quer ter participação direta nas ações governamentais”, comentou. O fato apresentado por Nunes, recebeu a confirmação do vice-prefeito Beto Ferreira, que destacou que considera positivo prestar contas das ações desenvolvidas a população. Beto explicou que esse posicionamento não é uma novidade para o município, pois a Administração de Fraiburgo já realiza através das audiências públicas.

Já o segundo painel de discussão propôs o tema de como tomar pública, bem como, as formas alternativas de comunicação existentes para que cada vez mais o assunto se torne popular. O assessor do Programa de Educação Fiscal, da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, Eduardo Noronha, aposta que a publicidade deve ser

Fraiburgo é um caso

Durante o Seminário, foi apresentado um case sobre transparência pública acompanhado de relato das experiências sobre o movimento econômico dos municípios. Para ilustrar a região do Alto Vale do Rio do Peixe (Amarp), o município de Fraiburgo foi convidado para dar o seu depoimento representando os demais.

Através do Secretário de Finanças, Orides Bertalioli, foi informado aos demais como Fraiburgo aumentou a receita do município nos últimos anos sem ter qualquer legislação. Entre os pontos que mereceram

destaque esteve o recadastramento imobiliário adotado. Para o secretário-executivo entidade, Clóvis Biscaia, o mais chama a atenção é o acompanhamento das declarações informadas através do Simples Nacional que município possui.

De acordo com este município que não tem contr sobre essas declarações e sabe qual foi o valor adicionado da pequena e média empresa. “Que o que foi falado neste encontro, que sirva de exemplo para os demais municípios e de Santa Catarina”, comentou.



O observatório social

A criação de um Observatório Social em Fraiburgo foi reforçada no encontro, à exemplo do que já ocorreu em outros 16 municípios catarinenses.

Ainda no mês de março, através da iniciativa de algumas entidades do município, aconteceu uma explanação sobre o assunto.

O vice-presidente do Observatório Social do Brasil, Jonas Tadeu Nunes, acredita que será possível criar o



RECORRIDA

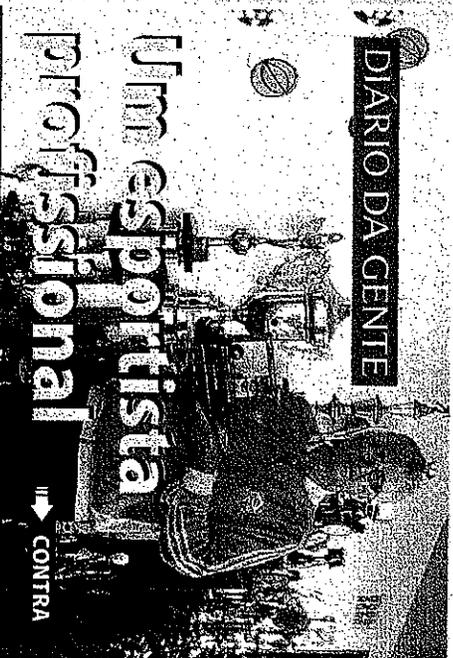
Exposição abre no dia 23

EXPOSIÇÃO

Quando as pedras falam

▶ PÁGINA 9

DIÁRIO DA GENTE



Um esportista Profissional

▶ CONTRA

DIÁRIO

do meio

VIDEIRA E REGIÃO, 11 DE MAIO DE 2012

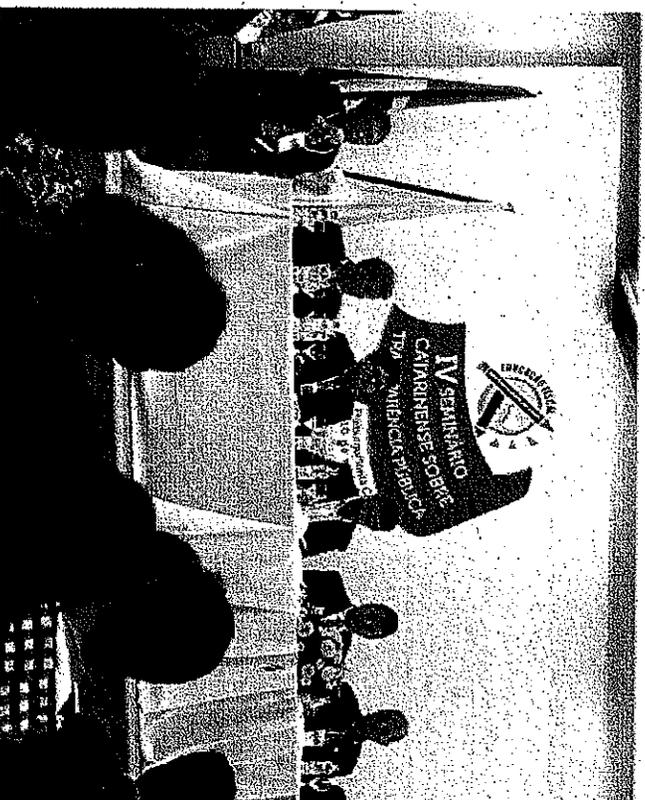
Ano 1 Edição

MUNICÍPIOS

**FRAIBURGO
SEDIU
SEMINÁRIO**

Seminário de Transparência Pública debateu o modelo de gestão que deve ser adotado de prestação de contas dos governos

▶ PÁGINA 8



Administradores debatem maneiras consideradas eficazes de tomar prestações de contas transparentes

OSVALDO LOPES

MEIO AMBIENTE

Hábito Legal

Conta-se a história



TRANSPARÊNCIA

SC realiza Seminário

Tema será debatido em Fraiburgo, no dia 10 de maio



Divulgação

Seminário será no dia 10 de maio

O Programa de Educação Fiscal da Secretaria da Fazenda realiza o 4º Seminário Catarinense sobre Transparência Pública no dia 10 de maio, na Regional de Videira, no município de Fraiburgo. Com o apoio da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facioc), Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (Amarp) e da Prefeitura de Fraiburgo, o evento terá como tema "Transparência e Comunicação: a Perspectiva do Cidadão".

O seminário busca criar um diálogo entre a sociedade e o Estado, a fim de incentivar o interesse e participação dos cidadãos nas questões que envolvem a administração pública. "Atualmente, a transparência é assunto de grandes discussões e destaque na mídia. É direito e dever do cidadão saber onde o dinheiro dos impostos será investido. Participar da fiscalização e cobrar retornos é amar no crescimento do Estado e da sociedade", afirma o coordenador do Programa de Educação Fiscal, Lourenço Sogahi.

De acordo com o secretário Regional, Evandro Colle, o seminário é voltado a prefeitos, secretários, empresários, associações, sindicatos, ONGs e sociedade em geral. "A transparência pública está, principalmente, na facilidade

dos pais, em que serão debatidos temas referentes à inclusão e ao interesse da sociedade na administração pública. A mesa de discussão "Observatório Social – a Voz do Cidadão na Comunidade" terá a participação do vice-presidente do Observatório Social do Brasil e Presidente do Observatório Social de Irajá, Jonas Taden Nunes.

O painel "A Transparência em suas Formas Alternativas de Comunicação" colocará em pauta os portais de transparência dos governos e contará com a presença do diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda, Adriano Pereira de Souza. A diretoria é responsável pelo gerenciamento do Portal da Transparência, canal oficial de prestação de contas do Poder Executivo de Santa Catarina.

Além dos painéis, serão apresentados casos sobre transparência pública e relatos das experiências dos municípios da região. Também será realizada a palestra "Parceria para Apunçar no Valor Adicionado dos Municípios", ministrada pelo assessor para assuntos do Movimento Econômico da Secretaria da Fazenda, Art Pritsch.

[Pelo Est:] Comemoração

Hoje é mais um dia decisivo para a história. O senador Luiz Henrique (PT) da ao Projeto de Resolução 72/2016, "transição" de quatro anos (até 2016) para dois anos (até 2018) para o Espírito Santo e Goiás, tenha à aplicação da alíquota única de 4% de importados. O substitutivo ao PRS 72/2016, que prevê o aumento do próximo ano, quer um escalonamento em quatro etapas: 8%, 6% e 4% em 2016. Para o senador, o impacto da medida sobre a arrecadação é evitar o colapso dos portos brasileiros. "O equilíbrio, o bem do Brasil é aprovar essa pequena alteração. E defender: "O equilíbrio, o bem do Brasil é aprovar essa pequena alteração na aprovação da emenda.

De acordo com o relator do projeto, deputado (PSDB), o senador foi o prazo final para a apresentação de emendas ao programa "Carro do Desenvolvimento", que autoriza a operação de crédito de R\$ 611 milhões para o BNDES. Na semana passada, secretários de Estado anunciaram o projeto de cerca de R\$ 300 milhões, especialmente para a revitalização, restauração e pavimentação de rodovias. Knaesel aprovou o momento para a Lei 10728/98, de sua autoria, que não autoriza o Poder Executivo nem o Departamento de Esportes e Rodagem (DER) a publicar licitações ou realizar rodovias sem uma série de requisitos: segurança, segurança aos pedestres e usuários de veículos, segurança aos pedestres e usuários de veículos de contornos e acesso às cidades, quando necessário, mas não é respeitada pelo Executivo que nós, do Legislativo, podemos exigir a exa-

Jorge Boeira (PSD-SC) se diverte com o colega catarinense Jorgeinho Mello (PSDB-SC) no Plenário. Boeira tem razão para tanta alegria. Apesar de ter saído do PT, o partido não pediu seu mandato. Lei do TSE proíbe mudança de partido. No entanto, e talvez por essa "razão" amor" com o PT, Boeira tem votado sempre favoravelmente aos projetos governistas. O ex-peista, aliás, lembra que hoje é Dia Internacional do Jovem Trabalhador e ressalta o compromisso do PT com o jovem trabalhador e 20 anos, que sabem ler, escrever e quantificar até o dia 30 para se inscrever no Programa (Projovem) Urbano, do Ministério da Educação. O governo de Santa Catarina aderiu ao programa estudantil de nove Gerências Regionais de Educação (GRG).

1989. O senador Luiz Henrique (PT) da ao Projeto de Resolução 72/2016, "transição" de quatro anos (até 2016) para dois anos (até 2018) para o Espírito Santo e Goiás, tenha à aplicação da alíquota única de 4% de importados. O substitutivo ao PRS 72/2016, que prevê o aumento do próximo ano, quer um escalonamento em quatro etapas: 8%, 6% e 4% em 2016. Para o senador, o impacto da medida sobre a arrecadação é evitar o colapso dos portos brasileiros. "O equilíbrio, o bem do Brasil é aprovar essa pequena alteração. E defender: "O equilíbrio, o bem do Brasil é aprovar essa pequena alteração na aprovação da emenda.

Bancas
O senador Luiz Henrique (PT) da ao Projeto de Resolução 72/2016, "transição" de quatro anos (até 2016) para dois anos (até 2018) para o Espírito Santo e Goiás, tenha à aplicação da alíquota única de 4% de importados. O substitutivo ao PRS 72/2016, que prevê o aumento do próximo ano, quer um escalonamento em quatro etapas: 8%, 6% e 4% em 2016. Para o senador, o impacto da medida sobre a arrecadação é evitar o colapso dos portos brasileiros. "O equilíbrio, o bem do Brasil é aprovar essa pequena alteração. E defender: "O equilíbrio, o bem do Brasil é aprovar essa pequena alteração na aprovação da emenda.